

The background of the cover is a photograph of a construction site. On the left, a multi-story building is under construction, with visible scaffolding and structural elements. In the center and right, two construction workers are silhouetted against a bright, hazy sky. The worker on the left is facing forward, while the one on the right is in profile, gesturing with their hand. The overall color palette is dominated by warm tones of orange, yellow, and red, suggesting a sunrise or sunset setting.

INDICADORES DA CONSTRUÇÃO

Edição 07
07 de março de 2022

INDICADORES DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO

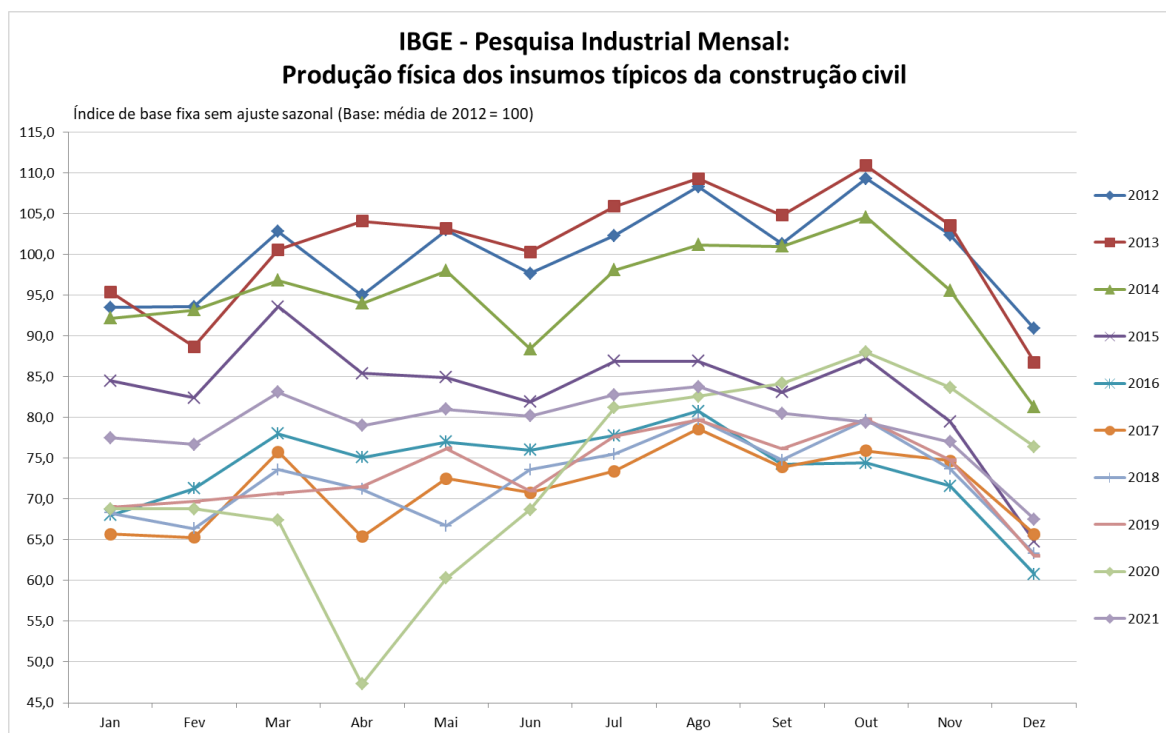
DEZEMBRO 2021/JANEIRO2022

Indicadores da Construção	Período	Unidade	Valor	Variação acumulada no ano (%)	Variação em relação a igual período do ano anterior (%)	Fonte
Nível de atividade						
Produção de materiais	dez/21	Índice (média 2012 = 100)	67,50	8,1	-11,6	IBGE
Vendas de materiais de construção	dez/21	Índice (média 2014 = 100)	102,50	4,4	-8,3	IBGE
Preços						
Índice Nacional de Custos da Construção						
Total	jan/22	R\$ / m²	1.525,48	0,72		IBGE
Materiais	jan/22	R\$ / m²	915,79	0,63		IBGE
Mão de obra	jan/22	R\$ / m²	609,69	0,87		IBGE
Índice de Preços ao Consumidor Amplo						
Geral	jan/22	Índice (dez/2013 = 100)	161,27	0,54		IBGE
Habitação	jan/22	Índice (dez/2013 = 100)	182,51	0,16		IBGE
Financiamentos						
Caderneta de poupança (SBPE) - Saldo	jan/22	R\$ milhões	790.109		-10,4	BACEN

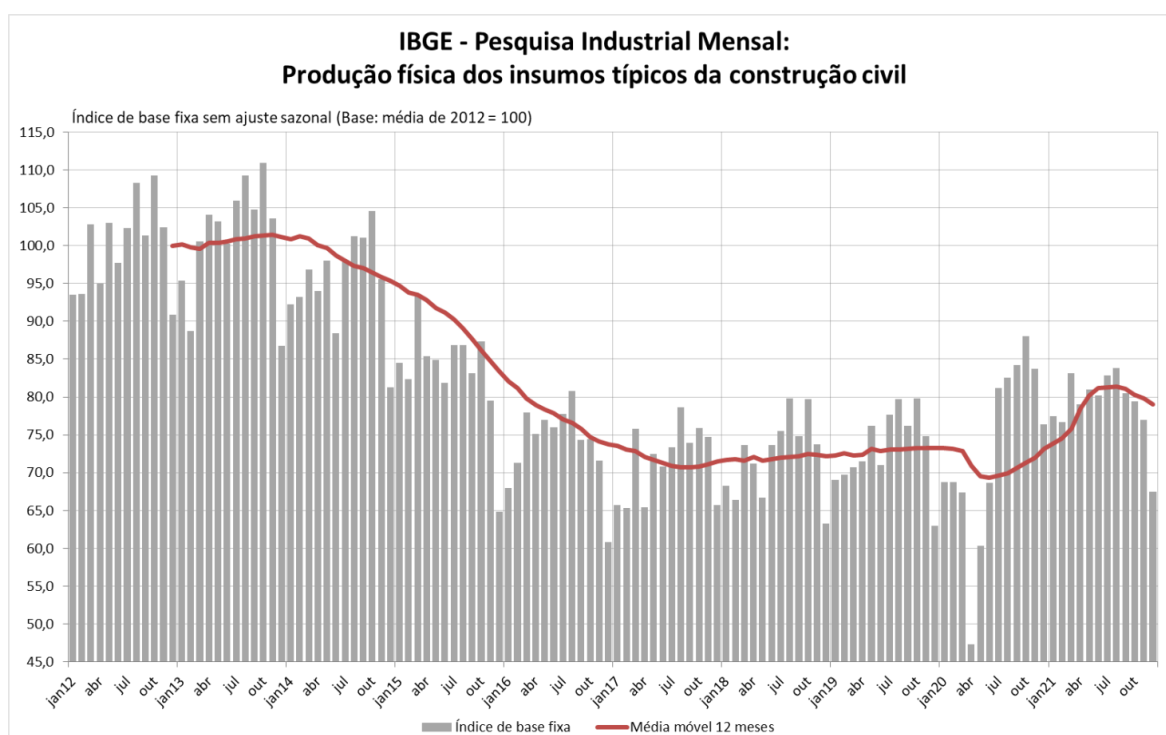
PRODUÇÃO DE MATERIAIS

A produção industrial dos insumos típicos da construção civil encerrou 2021 com crescimento de 8,1% em relação ao ano anterior, a maior variação anual considerando a série histórica da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE iniciada em 2012, fonte das informações. A indicação, porém, é de desaceleração da produção desses bens, visto que, na comparação com o resultado de dezembro de 2020, houve uma queda de 11,6% da produção desses insumos, a quarta consecutiva nessa base de comparação interanual. Outra indicação é a desaceleração observada ao longo do segundo semestre de 2021 tanto da taxa de variação acumulada no ano quanto da taxa de variação acumulada nos últimos doze meses, a qual passou de 10,8% até novembro para 8,1% até dezembro, definindo o resultado do ano, após atingir o patamar máximo de 16,9% no acumulado até junho de 2021.

Vale uma vez mais reforçar, como já registrado em boletins anteriores, a contribuição do efeito base para a configuração desse quadro. A adoção das medidas de combate à pandemia da covid-19 deprimiu a produção dos insumos típicos no primeiro semestre de 2020, como mostra o primeiro gráfico a seguir (que traz o índice do IBGE de produção desses bens desde 2012, sem ajuste sazonal), favorecendo a comparação com a produção registrada em igual período de 2021.



Com a forte recuperação da produção no segundo semestre de 2020, o efeito base deixa de ser positivo, levando a uma comparação mais desfavorável com a evolução da produção no mesmo intervalo de tempo de 2021. O efeito líquido foi, no entanto, positivo para a comparação do resultado do ano como um todo, com o já mencionado crescimento historicamente expressivo de 8,1%. O segundo gráfico reforça essa indicação de desaceleração ao apresentar a evolução da média móvel de 12 meses do índice de produção desses bens.



No caso da produção da indústria geral, o crescimento registrado em 2021 foi de 3,9%, primeiro resultado positivo desde 2018, após as quedas registradas em 2019 (-1,1%) e 2020 (-4,5%). Tomando apenas o resultado de dezembro, a produção avançou 2,9% na comparação com novembro, com base nas informações com ajuste sazonal, primeiro resultado mensal positivo após a variação nula de novembro e de cinco meses seguidos de queda (junho a outubro), quando a produção acumulou uma retração de 3,3% nesse período.

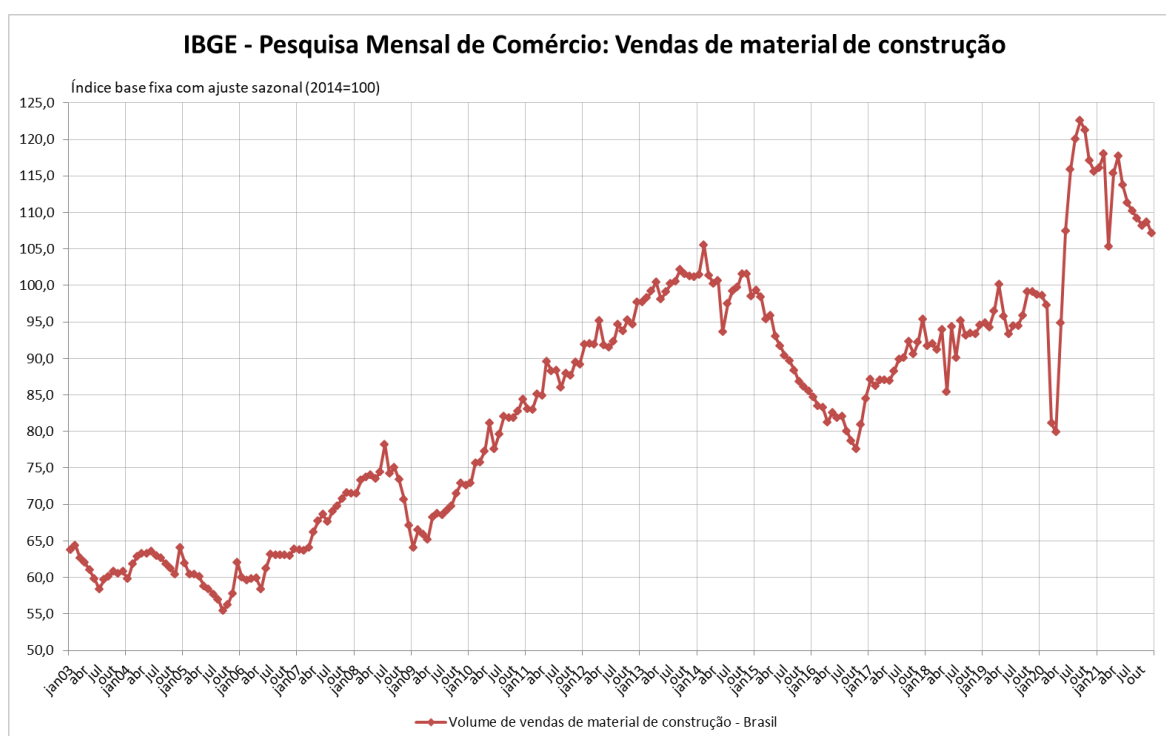
Apesar desse crescimento na margem, a indicação de desaceleração comentada acima é também observada no contexto da produção industrial nacional. Na comparação interanual, por exemplo, houve um declínio de 4,9% frente a dezembro de 2020, enquanto as taxas de variação acumulada no ano e em doze meses seguem em desaceleração, com esta última passando de 5,0% até novembro para 3,9% até dezembro. Em outros termos, o crescimento registrado em 2021 se deu, como destacou em nota o gerente da pesquisa do IBGE, André Macedo, sobre um período de muita perda (2020), sem reverter inteiramente o resultado negativo do ano anterior. Adicionalmente, como apontou Macedo, o segundo semestre de 2021 foi ainda marcado pelos reflexos da pandemia da covid-19 no processo produtivo, “como o encarecimento dos custos de produção e falta de matérias-primas”, e sobre a demanda doméstica, com a inflação em patamares mais elevados e o mercado de trabalho que, embora tenha mostrado alguma recuperação, ainda se mostrava relativamente fraco.

A produção das Indústrias Extrativas teve um desempenho modesto em 2021, com crescimento de 1,1% em relação a 2020, ainda que bastante superior ao dos dois anos anteriores (-9,7% em 2019 e -3,4% em 2020). Na margem, a produção desse segmento da indústria geral avançou 1,6% em dezembro frente a novembro, já considerada a sazonalidade do período, desacelerando em relação ao resultado do mês anterior (5,0%), mas contribuindo para reverter parcialmente a queda de 9,9% apurada em outubro. Na comparação com dezembro de 2020, houve uma expansão de 2,0%. Diferentemente da evolução da indústria geral, a taxa de variação acumulada em doze meses da produção das Indústrias Extrativas mostrou modesta e constante aceleração a partir de maio de 2021, após atingir -2,8% no acumulado até abril, fechando o ano com expansão de 1,1%, como já comentado.

Por fim, a produção das Indústrias de Transformação teve crescimento mais expressivo no ano passado, de 4,3%, contrastando igualmente com o resultado de 2019 (0,2%) e de 2020 (-4,6%). Em dezembro, a alta da produção foi de 2,0% frente a novembro, feito o ajuste sazonal, primeiro resultado positivo após seis meses consecutivos de retração na base de comparação mensal. Dado o seu enorme peso na composição da indústria geral, a trajetória de produção das Indústrias de Transformação acabou por condicionar a evolução do segmento. Por conta disso, também foi observada no caso desse conjunto de indústrias uma desaceleração do crescimento ao longo do segundo semestre de 2021, com a taxa de variação acumulada em doze meses saindo de 8,4% até agosto para 4,3% até dezembro, o mesmo sendo observado no caso da taxa de variação acumulada no ano, que atingiu o seu máximo em maio (14,8%).

COMÉRCIO DE MATERIAIS

De acordo com a mais recente Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista de materiais de construção encerrou 2021 com crescimento de 4,4% na comparação com o ano anterior, resultado abaixo do registrado em 2020 (10,8%) e em linha com o resultado de 2019 (4,2%), ainda que pese a base de comparação mais elevada de 2020 (especificamente, no segundo semestre daquele ano), como mostra o gráfico a seguir, que apresenta a série histórica do IBGE do índice do volume de vendas do comércio varejista desses bens com ajuste sazonal.



Independentemente da base de comparação interanual, o gráfico revela a trajetória declinante das vendas desde junho de 2021, que acumularam retração de 8,9% entre maio e dezembro, tendo o volume de vendas no último mês do ano registrado queda de 1,4% frente a novembro, feito o ajuste sazonal. Com respeito a dezembro de 2020, houve declínio de -8,3% no último mês de 2021, sexto resultado negativo consecutivo nessa base de comparação interanual. Vale notar que o efeito base desfavorável contribuiu em parte para essa sequência de resultados. Essa perda de dinamismo vem sendo observada por meio da desaceleração tanto da taxa de variação acumulada no ano como da taxa de variação acumulada nos últimos doze meses, a qual chegou ao patamar máximo de 23,7% até maio para fechar o ano em 4,4%.

O volume de vendas do comércio no conceito mais restrito da pesquisa do IBGE teve em 2021 um crescimento mais modesto, de 1,4%, pouco acima daquele verificado em 2020 (1,2%) e inferior ao de 2019 (1,9%). Em dezembro, o volume ficou praticamente estável (-0,1%) na comparação com

novembro, já descontados os fatores sazonais. Em relação a dezembro de 2020, houve retração de 2,9%, a quinta consecutiva nessa base de comparação interanual.

Assim como ocorreu com o volume de vendas de materiais de construção, as vendas do comércio varejista também perderam dinamismo no segundo semestre de 2021, movimento que pode ser visto na desaceleração da taxa de variação acumulada no ano, que atingiu patamar máximo em maio (6,8%), e na taxa de variação acumulada em doze meses, que após atingir 5,9% no acumulado até julho, fechou o ano em 1,4% (uma diferença de 4,5 pontos percentuais).

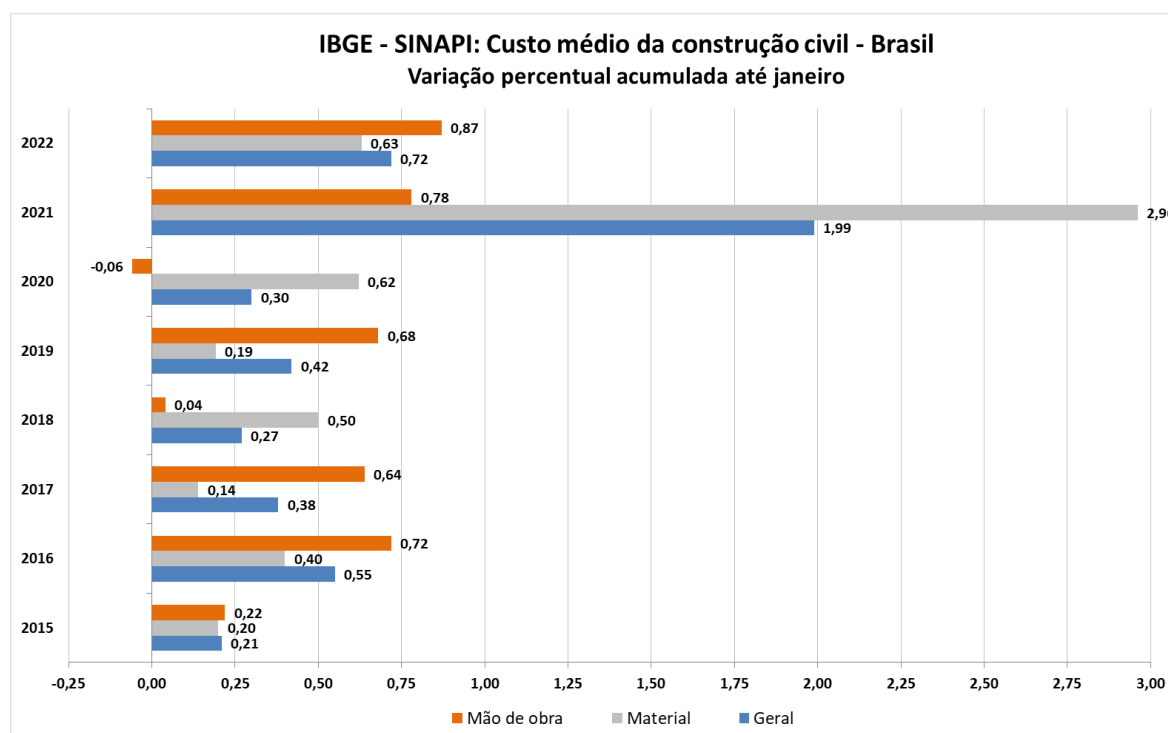
Por fim, com respeito ao volume de vendas do comércio varejista ampliado, que inclui, além dos segmentos do índice restrito, os segmentos de material de construção e de veículos, motos, partes e peças, o crescimento em 2021 foi relativamente melhor, com expansão de 4,5%, superando os resultados de 2019 (3,9%) e de 2020 (-1,4%). A expansão do volume de vendas do segmento de veículos, motos partes e peças foi determinante para esse desempenho, cujas vendas aumentaram 14,9% em 2021. Na margem, o desempenho do comércio ampliado foi igualmente melhor, ainda que em pequena escala, ao registrar alta de 0,3% com respeito a novembro, já considerada a sazonalidade. A comparação com o resultado de dezembro de 2020, por outro lado, foi desfavorável, tendo sido registrada uma queda de 2,7% no último mês de 2021.

Ainda que tenha sido também observada uma perda de dinamismo das vendas do comércio ampliado no segundo semestre do ano passado, este movimento foi menos pronunciado, visto que a taxa de variação acumulada nos últimos doze meses desacelerou de 8,4% (nível mais alto do ano) para 4,5% até dezembro, uma diferença de 3,9 pontos percentuais, abaixo da diferença de 4,5 pontos apurada para o caso do comércio varejista no conceito restrito, como se viu anteriormente.

CUSTOS DA CONSTRUÇÃO

Em janeiro, o custo médio nacional da construção, mensurado pelo Índice Nacional da Construção Civil do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) do IBGE, teve alta de 0,72% em relação ao mês anterior, superando o resultado de dezembro (0,52%), mas ficando abaixo da taxa apurada em janeiro de 2021 (1,99%). O gráfico da próxima página apresenta o comparativo para o mês de janeiro da variação mensal do custo médio desde 2015.

Apesar do recuo da taxa frente a janeiro de 2021, a variação em janeiro de 2022 ainda se situou em um patamar superior ao observado nos anos anteriores, fato que se deve, como também indica o gráfico, pelo aumento do custo médio da mão de obra, cuja alta foi influenciada particularmente pelos acordos coletivos em Alagoas, Tocantins e Piauí, como destacou o IBGE em nota. Por outro lado, a taxa de variação acumulada nos últimos doze meses voltou a desacelerar, passando de 18,65% até dezembro, o que correspondeu à variação anual registrada em 2021, para 17,17% até janeiro. Vale lembrar que esse movimento de desaceleração teve início ainda em agosto de 2021, quando a variação acumulada nessa base de comparação chegou a 22,74%.



Com respeito ao custo médio dos materiais, um dos componentes do custo médio nacional, a variação apurada em janeiro foi de 0,63%, menor taxa mensal desde julho de 2020 (0,48%), ficando, portanto, abaixo do observado em dezembro (0,76%) e em janeiro do ano passado (2,96%). Como o próprio IBGE apontou quando da divulgação das informações do Sinapi, em janeiro houve uma menor pressão do lado do custo dos materiais, inclusive com o registro de deflação no caso de certos produtos, como os pertencentes ao segmento do aço. Refletindo em parte essa trajetória recente, a variação acumulada nos últimos doze meses do custo médio dos materiais seguiu em desaceleração (trajetória que teve em início em agosto de 2021, quando essa taxa foi de 37,69%), passando de 28,12% até dezembro (fechamento do ano) para 25,22% até janeiro.

O custo médio da mão de obra, por sua vez, teve evolução oposta, com alta de 0,87% em janeiro, superando tanto o resultado de dezembro (0,15%), quanto o de janeiro de 2021 (0,78%). Além da contribuição dos acordos coletivos para a alta de janeiro, como mencionado anteriormente, outro fator a alimentar a alta do custo da mão de obra em janeiro, como bem apontou o IBGE, foi o aumento do salário mínimo nacional em 10,2%, para R\$ 1.212,00, impactando a remuneração das categorias sem qualificação, cujo piso é muito próximo a esse valor. Em contraste com a evolução do componente associado aos materiais, a taxa de variação acumulada em doze meses do custo da mão de obra voltou a acelerar, passando de 6,78% até dezembro para 6,87% até janeiro, voltando ao patamar observado em outubro de 2021 (6,88%), que se constituiu na maior taxa do ano passado nessa base de comparação.

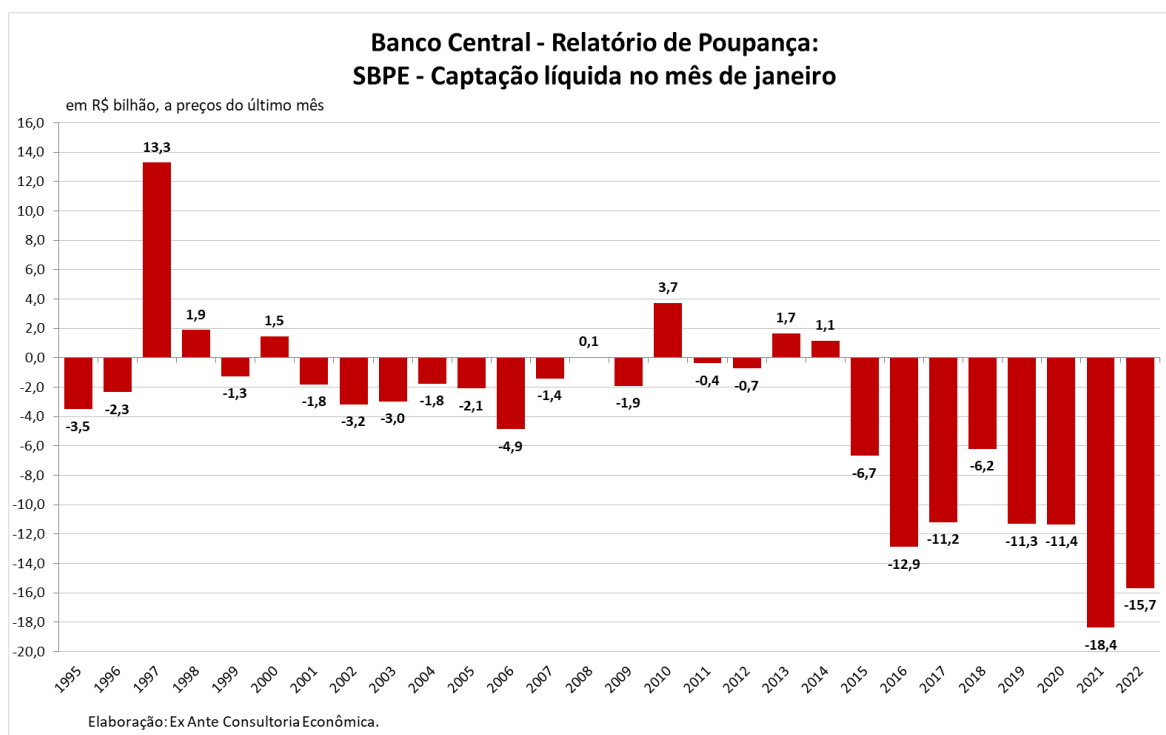
Em termos monetários, em janeiro, o custo nacional médio atingiu R\$ 1.525,48 por metro quadrado, com R\$ 915,79 correspondendo ao componente material e R\$ 609,69 à mão de obra. Em termos regionais, os custos por metro quadrado no primeiro mês do ano foram de R\$ 1.525,10 na região

Norte, de R\$ 1.433,20 na região Nordeste, de R\$ 1.579,80 no Sudeste, de R\$ 1.599,93 no Sul e de R\$ 1.515,22 na região Centro-Oeste.

DEPÓSITOS DE POUPANÇA – SBPE

O saldo global de depósitos de poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) atingiu R\$ 778,570 bilhões quando do encerramento de janeiro, segundo o mais recente Relatório de Poupança do Banco Central do Brasil. Em termos reais, esse montante foi 2,0% menor do que o registrado no fim de dezembro, e 10,3% inferior ao saldo de janeiro de 2021. Vale registrar que o saldo do SBPE vem declinando desde dezembro de 2020, quando chegou a R\$ 886,834 bilhões, a preços de janeiro de 2022.

A captação líquida do sistema voltou a ser negativa em janeiro, em R\$ 15,678 bilhões, em linha com o padrão histórico de resultados negativos para o mês, como ilustra o gráfico a seguir, que apresenta a série histórica do Banco Central do Brasil iniciada em 1995, a preços constantes do último mês, para as captações registradas no mês de janeiro. A concentração de despesas específicas no início do ano é determinante para esse padrão, como alguns impostos (IPTU e IPVA), por exemplo. Quanto à magnitude da captação líquida no último mês de janeiro, ela não superou o valor registrado no mesmo mês de 2021, ainda que tenha sido mais expressiva do que o registrado entre 2015 e 2020, cuja média ficou pouco abaixo de R\$ 10 bilhões negativos, sempre considerando as informações ajustadas pela inflação do período.



FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

As operações contratadas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que englobam tanto os financiamentos para a construção como para a aquisição de imóveis, atingiram R\$ 16,745 bilhões em dezembro, declinando pela primeira vez no ano quando se considera a base de comparação com o mesmo mês do ano anterior, com redução de 18,6% em termos reais frente a dezembro de 2020. As informações são da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) e do Banco Central do Brasil.

No conjunto do ano de 2021, essas operações somaram R\$ 205,407 bilhões em termos nominais, com crescimento real de 31,7% frente ao valor total das operações realizadas no ano anterior, desacelerando em relação ao crescimento anual apurado em 2020 (37,6%), mas superando as variações anuais do período de 2011 a 2019. Considerando um horizonte mais curto de tempo, a indicação ainda é de desaceleração quando se analisa a trajetória da taxa de variação acumulada nos últimos doze meses dessas operações, com a taxa passando de 41,0% até novembro para 31,7% até dezembro – ainda elevada para o padrão histórico, cabe lembrar.

Analizando apenas as operações para aquisição, estas chegaram a R\$ 11,595 bilhões em dezembro, ficando 15,5% abaixo do valor registrado no mesmo mês de 2020, em termos reais. Dessa forma, o ano de 2021 fechou com um total de R\$ 164,789 bilhões em termos nominais dessas operações, o que representou uma expansão real de 39,2% na comparação com o ano anterior, pouco abaixo da taxa registrada em 2020 (40,3%). Em termos da variação acumulada nos últimos doze meses, vale destacar que a desaceleração observada desde julho de 2021 teve continuidade, com a taxa passando de 47,3% até novembro para 39,2% até dezembro, correspondendo ao resultado do ano.

O valor das operações para construção atingiu R\$ 5,150 bilhões em dezembro, o maior valor mensal do ano. Apesar desse destaque positivo, esse montante ficou 24,9% abaixo do valor do registrado no mesmo mês de 2020, já considerada a inflação. No ano, foram R\$ 40,618 bilhões alocados em financiamentos para construção, em termos nominais. Já em termos reais, esse total significou um crescimento de 8,0% em relação ao resultado de 2020, ficando consideravelmente abaixo do resultado do ano anterior (30,0%). Essa desaceleração em termos anuais também é capturada pela evolução da taxa de variação acumulada nos últimos doze meses, a qual passou de 20,7% até novembro para 8,0% até dezembro, sempre em termos reais.

No último mês de 2021, foram financiadas 64.755 unidades com recursos do SBPE, das quais 23.975 unidades corresponderam a operações para construção e 40.780 unidades para aquisição. Na comparação com dezembro de 2020, o crescimento do número de unidades financiadas foi de 15,8%, a menor taxa do ano na base de comparação interanual, enquanto no caso do número de unidades financiadas para construção, o crescimento foi de 75,0%, igualmente a menor taxa de variação interanual de 2021. Em termos de unidades financiadas para aquisição, dezembro fechou com uma

queda de 3,4% frente ao mesmo mês do ano passado, o que representou o primeiro resultado negativo interanual desde dezembro de 2017.

No ano, foram financiadas 866.331 unidades no total, correspondendo a um crescimento de 103% em relação ao total de unidades financiadas em 2020. No caso das operações para construção, o ano fechou com 288.046 unidades financiadas, alta de 298,6% frente ao total do ano anterior, enquanto para as operações de financiamento para aquisição, o total de unidades em 2021 chegou a 578.285, montante 63,1% superior ao de 2020.

Indicadores da Construção – Edição 07

07 de março de 2022

Elaboração:

Departamento da Indústria da Construção e Mineração – Deconic/Fiesp
Ex Ante Consultoria Econômica

Veja esse e outros conteúdos sobre o setor no Observatório da Construção:

<http://www.observatoriodaconstrucao.com.br>